



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

ATA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

§ - Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020, de acordo n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:

- Muito boa noite.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Digníssimo Público.

Verificada a existência de quórum, vamos dar início a esta sessão extraordinária que tem ponto único - Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020, de acordo n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Iniciamos com a chamada dos Senhores Deputados.

(A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro:

- Faltam os Senhores Deputados Marta Sofia Cunha Albuquerque Santos Temudo (veio mais tarde) e Jorge Manuel Tavares Abreu (veio mais tarde).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, faltam dois Senhores Deputados. Estamos presentes vinte e seis. E vamos dar início à sessão com este ponto único. Eu pedia, previamente, aos intervenientes que se pronunciassem, exclusivamente, sobre o conteúdo do ponto.

Uma vez que não há Período de Antes da Ordem do Dia, a Ordem do Dia é, exclusivamente, o ponto. Portanto, pergunto: Quem quer usar a palavra? Senhores Deputados Maria João, Manuel Henriques, Mário Pires e Rui Costa. Mais alguém?

Ora, então, dou a palavra à Senhora Deputada Maria João Ribeiro. Faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Secretários,

Caros Colegas,

E Digníssimo Público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente da Assembleia, eu gostaria de começar por questionar se, efetivamente, há condições legais para prosseguirmos com os trabalhos. E a questão prende-se com o seguinte: Nós temos na nossa proposta de deliberação de hoje, dos trabalhos de hoje, na alínea a) A aprovação do Relatório Final de Avaliação das Propostas do procedimento de “Empréstimo de Longo Prazo, para Financiamento de Investimentos Municipais 2020”. E, depois, na alínea b) Nos termos do referido relatório, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a contratação com o banco “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, CRL”. Ora, pergunto se este relatório não deveria ter passado pela Câmara, pela reunião de Câmara. Isto é uma questão que lhe faço em termos legais. E, já agora, só mais aqui um parêntesis mais, que nesta reapreciação do relatório final temos uma nota do Senhor Presidente de Câmara a referir-se á sua entrega na próxima reunião de Câmara, que não aconteceu, tanto quanto sabemos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Bom, vou explicar esse documento que eu mandei na segunda-feira. Esse documento surge a partir de um pedido que eu fiz ao Senhor Presidente de Câmara para mandar providenciar se as condições se mantinham, em virtude da melhor proposta ser a da Caixa de Crédito Agrícola, uma vez que era à Assembleia que competia aprovar. E era para vir aqui com essa informação. Portanto, é um procedimento que eu pedi.

A Comissão, em vez de me dar o esclarecimento que eu pedi, fez uma reapreciação do assunto. A reapreciação do assunto não é necessária porque isso decorre do anterior, que foi à reunião de Câmara e foi claro porque o empréstimo diz que é até 1.600.000,00 euros. Portanto, este documento, que eu mandei na segunda-feira, é apenas um esclarecimento da Comissão para a Assembleia.

O dizer que tem de ir à aprovação da Câmara não tem sentido. Ele não precisava, sequer de ser enviado. Só o pedi, apenas por uma questão de conforto, para que aqui soubessem o que estávamos aqui a votar.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Sim. Exatamente. Convém. Já que está aqui, convém que a gente saiba o que é que está a votar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, há condições para continuarmos a reunião.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Há condições para continuar?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Há.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Se assim o diz, assim se fará. Para já, não tenho mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente da Assembleia,

Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Colegas Deputados,

Público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Bom, começo por dizer, relativamente a este assunto, que nós nem devíamos cá estar hoje. A Assembleia Municipal reuniu-se no passado mês de setembro. Não vou falar ainda das questões de forma. Vou falar das questões políticas, primeiro.

A Assembleia Municipal reuniu-se no passado mês de setembro. Pronunciou-se, de forma legítima, sobre os documentos que aqui foram apresentados nesta questão deste novo empréstimo a contratar e, de forma, eu vou-lhe dizer, democrática. Expressou-se, até ao arrepio das maiorias políticas mais evidentes que aqui estão.

Para mim, a grande surpresa e dizer, obviamente, eu ouvi, com muito interesse os argumentos que aqui foram trazidos, inclusivamente, o Partido Socialista foi bastante inovador, falou da conjuntura, do Plano Costa e Silva, falou de uma série de situações muito interessantes que, obviamente, certamente, irão manter hoje, irão manter hoje. Estou também na expectativa de perceber se mantêm hoje porque está tudo igual. Não é?

Não é pelo empréstimo ser metade do valor inicial que a situação mudou. Mas, obviamente, vou ouvir democraticamente o que os Colegas do Partido Socialista terão a dizer sobre isso, até porque, acho que ganhariam uma credibilidade acrescida se hoje voltassem a votar contra porque, em matéria de princípio, ou temos a espinha dorsal lá no sítio, ou não temos. Não é? E, eu tenho a certeza que os Senhores têm. Tenho a certeza absoluta.

Agora, sobre esta situação em particular, o que é que nós podemos dizer? Eu, primeiro, vou dizer que me sinto um pouco, pessoalmente, ofendido ao tomar conhecimento que eu venho aqui, voto esta proposta de empréstimo, como bem entendo que a devo votar, bem ou mal. Foi para isso que fui eleito, como qualquer um dos que aqui está. E, depois, tenho que tomar conhecimento de relatos da reunião de Câmara seguinte, em que nós somos quase que apontados como uns traidores à pátria e não deixamos o Município desenvolver-se e desenvolver obras. O que, para mim, é uma coisa, absolutamente, grotesca. Não encontro outro termo que não seja grotesca porque em democracia nós temos que aceitar.

E, se as propostas não passam aqui é porque não têm qualidade, ou não foram apresentadas com qualidade. Não há outra razão. Não há outra razão. E temos que ter humildade democrática que os Órgãos Políticos do Município não se reduzem ao Presidente da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal, episodicamente, está à frente dos destinos do Município e outras pessoas haverá no futuro. Por isso, eu sinto-me, pessoalmente, envergonhado com isto. E não tem a ver com ser da cor política A, ou B. Nós temos as pessoas aqui que votam de uma determinada maneira, contrária à minha e igualmente têm que ser respeitadas no seu voto. E não foram respeitadas. Isto é uma censura política que tem que fazer e não é aceitável, ao fim de quarenta e picos anos de democracia, ainda estarmos a sofrer este tipo de coisas. E não deveremos deixar que isto passe incólume e devemos dizê-lo aqui. Isto é um ponto que gostaria que ficasse claro.

Sobre este segundo empréstimo que foi agora recauchutado, vou-lhe chamar assim, vou dar a minha opinião. Eu acho que, primeiro, não altera a situação de fundo. Acho que o Município devia-se endividar em zero cêntimos, face à situação que já está. Isto é a minha opinião. Certamente, haverá quem discorde. Agora, sobre o procedimento em si, isto é uma grande trapalhada porque, até que o Senhor Presidente da Câmara e a maioria política no Concelho entendesse que havia condições para contrair este empréstimo, deviam, obviamente, ter seguido a forma processual adequada, porque é o seguinte: nós temos uma situação em que, passados meia dúzia de dias do empréstimo chumbar aqui, é levada a reunião de Câmara uma proposta de metade do valor. Não se fizeram novas consultas aos bancos. Eu pergunto: Será que os bancos, as condições seriam as mesmas para um empréstimo de metade do valor? Ou, há aqui alguém nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

sala que não saiba que os spreads bancários também estão condicionados com o montante e com o risco dos bancos.

Depois há outras coisas muito interessantes e até foram destacadas hoje por alguns Elementos da Vereação. Obras que mudam de valor. Aumenta, uma delas, 70.000,00 euros. Outra aumenta 15.000,00 euros. Enfim, tudo muito, muito complicado. Também não deixo de criticar, porque é assim: A Democracia, ou é uma democracia que é vivida no respeito à Lei, ou é uma fantochada, porque eu tenho que dizer isto e que não é uma questão política: Será que os Membros do Júri, que avaliaram esta proposta recauchutada, conseguem escrever aquilo e não se rir e não se rir. Não há ali uma apreciação de mérito sobre o assunto e dizer: Não, isto, têm que ser pedidas novas propostas. Isto tem que ser reavaliado. É que não é a mesma coisa.

E nem se diga que o Município fica preso nesta situação porque tenho a certeza que o empreendimento que está previsto para Santar, as pessoas de Santar, certamente se isto se atrasasse dois, ou três meses, para cumprir a Lei, compreenderiam. Só que a questão é essa. É que, provavelmente, o que deixa alguma perplexidade, é que, se este empréstimo é mesmo para estas intervenções porque não se percebe este clamor do Senhor Presidente por ver travada esta situação, quando devia seguir a Lei.

Agora, fico, de facto, muito preocupado. Temo que este empréstimo possa ter problemas nos aspetos legais da sua contratação. E, o que eu, sinceramente, esperava aqui hoje e fiquei na expectativa, até antes de ouvir a intervenção da Eng.^a Maria João, era que, efetivamente, esta proposta até pudesse ser retirada e o Senhor Presidente, obviamente, despoletasse um novo processo de contratação de empréstimo, que aqui a Assembleia depois, obviamente, aprovaria ou não. Mas fazer as coisas como se faz em democracia. Porque, se não, não estamos aqui a fazer nada. Que é como eu digo: os Órgãos Políticos do Município não se circunscrevem apenas ao Senhor Presidente. Não se circunscrevem. E tem que ser respeitada esta Assembleia. E, nós, hoje, aqui, ao estarmos, aqui hoje, estamos a desrespeitarmo-nos a nós próprios. E também me censuro por ter vindo cá hoje. Se calhar, não devia cá estar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,

Ex.mos Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Colegas da Assembleia,

Público.

Eu queria dizer que o que está no extrato da ata da Câmara de Nelas, de 25 de setembro: A Câmara deliberou, aprovar, na totalidade, o Relatório Final de Avaliação das Propostas do Procedimento de Empréstimo de Longo Prazo, para Financiamento de Investimentos Municipais 2020.

Querem que volte ao início? Portanto, não se trata da Câmara, desculpem, antes de mais, não se trata da Câmara de 25 de setembro, que isto foi enviado, a Câmara deliberou, estou a citar, aprovar, na totalidade, o Relatório Final de Avaliação das Propostas do Procedimento de Empréstimo de Longo Prazo, para Financiamento de Investimentos Municipais 2020. O que não faria sentido, porque já tinha sido aprovado em sessão anterior e porque do procedimento apenas se aproveita para a atual proposta dos 800.000,00 euros a parte que diz respeito às condições de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

empréstimo e, conseqüentemente, contratação do mesmo com a entidade que apresentou melhor proposta.

Mas, ao voltar a aprovar a totalidade do procedimento, o relatório manterá válido todo o procedimento e com ele, eventualmente, um conjunto de outras obras que não estas, descritas para além das referidas na proposta que está hoje em apreciação, ou seja, o financiamento do CAVES, da Rotunda do Chão do Pisco e a Remodelação da Rede de Abastecimento de Águas. O que pretendo saber é qual o motivo de se indicar, expressamente, que este empréstimo é, neste momento, de 800.000,00 euros. Não percebo.

Na proposta de deliberação de 25 de setembro, refere-se, expressamente: Os investimentos a financiar neste momento, vou repetir, neste momento e no montante de 800.000,00 euros, são os seguintes. Descreve-os. E a mesma frase é repetida duas vezes na ata que aprova a proposta, portanto é uma questão que está ali, porque sim, ou por lapso, ou por alguém se lembrou de assentar ali aquilo.

Perante o exposto, a minha questão é a seguinte: Primeiro – O presente empréstimo de 800.000,00 euros é, exclusivamente, para estas três finalidades? Ou, segunda pergunta, segundo ponto: Poderá, noutra momento, uma vez que diz que é neste momento, ser alterada para qualquer das outras finalidades do procedimento? É só isto.

Quanto à questão e só porque foi referida pelo Senhor Deputado Manuel Henriques, de declarações que constarão de uma declaração de voto. É evidente que, quando eu souber, porque eu não estive presente, ouvi e isto, quem conta um conto, acrescenta um ponto, é evidente que não ficarei calado. Se a versão escrita for aquela que me foi contada, evidentemente. É só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, substituto, Senhor Mário Pires.

Desculpe, porque só agora dei conta, chegou, entretanto, o Senhor Deputado Jorge Manuel Tavares Abreu. Portanto, neste momento, estamos 27 presentes. Obrigado. Desculpe lá a interrupção.

O Senhor Mário Pires, substituto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Secretárias,
Senhores Deputados,
E Estimado Público.

Pois, venho aqui, não gosto muito de vir aqui, não gosto de vir aqui porque não sou político assim, sou um bocadinho apanhado fora da política. Mas, venho aqui porque indigna-me ver o sentido de voto de determinadas pessoas. E, agora vou ter que justificar o meu voto porque eu vou votar a favor a proposta que está aqui.

Vou votá-la porque, do mal, o menos. Mas, é vergonhoso da forma como se joga politicamente com aquilo que, com as necessidades que a população tem. A população tem necessidades urgentes, prementes e quando elas chegam já são tardias. Quando agora chegamos a uma conclusão de que, por uma birrazinha, porque há umas birras entre Deputados e Partido, suporte do próprio Executivo, fazem uma birrazinha e depois chegam aqui e votam contra e não sei quê mais e tal e fica tudo por isso mesmo.

Agora, porque retiraram aquilo que servia as Freguesias todas, agora já não serve, serve só algumas, agora já votam a favor. Não sei quais vão ser os Deputados. Sei, do Executivo que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

portanto, ou fogem, ou não votam, ou votam contra. E, agora, já votam porque já lhes interessa, pessoas com responsabilidades, inclusivamente, na minha Freguesia. E, na minha Freguesia, falo eu porque na minha Freguesia não passa nenhuma obra, nada, que eu não esteja presente. Eu sou o primeiro a estar ali. Dou o cabedal para estar ali. Porque eu não, nunca me servi disto. Não me sirvo. Não tenho, nem sequer tenho patoá para isto.

Mas, no trabalho, ninguém me vence porque eu estou lá. E custa-me muito ver quando, depois, tudo aquilo, porque a gente tem que dar o primeiro passo. Por exemplo, Canas de Senhorim não tem uma Casa da Cultura coberta. E, de alguma forma, eu acho que tem que ser dado o primeiro passo. Nunca é. E, nunca é, porquê? Porque vão travando, os meninos ricos, que eu comparo a meninos ricos, que tudo tiveram na vida, nunca trabalharam para ter nada, chegam aqui, ó pá, para esses não. Esses venham aqui. Nós, aqui em Nelas, temos tudo. Eu sei que têm. Eu sei que têm.

Mas, nós continuamos a ter um espólio muito grande de um museu que, possivelmente, vamos perder porque não conseguimos ter um lugar para expor. E, isso, é lamentável quando se joga com isto e com a situação das pessoas. Mas, uma coisa é certa: E o Povo, nisso não falha. Muitas das vezes, ele olha para os primeiros nomes e não vê os outros porque, muitos deles, nem sequer para comandar lá um prédio eles conseguiam ter votos para isso.

Mas, na altura certa, eles vão votar e vão saber onde é que vão votar. Vão-lhes dar a resposta certa. Porque é vergonhoso a forma como lidaram com isto. E, eu tenho que justificar o meu voto, vou votar a favor, porque é, do mal, o menos, não há-se ser para mim, mas há-de ser para os outros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está a fugir um bocadinho do ponto, Sr. Mário Pires.

O Senhor Mário Pires, substituto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim:

- Mas, era só mesmo, tenho que justificar o meu voto. Ok. Muito obrigado. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Rui Costa. Faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Estimado Público.

Tenho aqui vários pontos a colocar, tanto ao Senhor Presidente da Assembleia, como até à própria Câmara.

Primeiro, vou-vos falar de um documento que recebi: Reapreciação do Relatório Final de Avaliação das propostas do procedimento de Empréstimo de longo prazo, para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020. Isto é um documento do Júri do concurso.

Meus Senhores: Um Júri do concurso tem como finalidade avaliar a validação dos documentos e dos atos. Depois, a decisão será, politicamente, da Câmara Municipal. Onde deparo o seguinte: Isto é um documento assinado pelos três Júris, Meus Senhores. Que fala, desculpem lá, tendo sido submetida à Assembleia Municipal de 25 de setembro? Algo está mal.

A Assembleia Municipal não foi a 25 de setembro. Portanto, isto é um documento legal. E passa por um Júri e passa por uma Câmara Municipal e passa pelo Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Assembleia, que estamos aqui. Atenção. E mais. Depois, temos: que será submetida à apreciação da Câmara Municipal na próxima reunião do dia 25 de setembro? Isto não foi realidade.

Portanto, estamos perante factos e desculpem Meus Senhores, mas os meus antecessores até tinham alguma razão, alguns, que estamos perante uma ilegalidade. Portanto, não falo politicamente. Estamos aqui também, além de políticos, temos que ser técnicos e legalmente responsáveis. E, como somos legalmente responsáveis, eu não quero ser acusado por um Tribunal de Contas, como se, realmente, noutros empréstimos já foram e vieram recusados porque, realmente, as coisas não foram como deve ser, fazer coisas ilegais.

E, depois, Meus Senhores, hoje é aqui apresentado um empréstimo, pedido de empréstimo de 800.000,00 euros. Ok. É assim: Eu, não acusando a Câmara Municipal de um nome que eu não quero dizer, as pessoas fazem aquilo que bem lhes parece. Ou que bem lhes parece, ou bem que o Senhor Presidente da Câmara quer. Vamos aprovar um empréstimo de 800.000,00 euros com pressupostos de 1.600.000,00 euros. Ou seja, logo isto aqui não bate uma coisa com outra.

O Senhor pede, pede três propostas, ou o Júri, ou quem, pronto, legalmente o faz, a três bancos, corretamente, à Caixa de Crédito Agrícola, ao BPI, ao Santander, ao Millennium. E o Millennium responde e todos eles, àquilo que o Senhor pediu: 1.600.000,00 euros. E, fá-lo num pressuposto para executar, para custear 10 obras. Ok. Entretanto, hoje estamos aqui para discutir três obras, meus senhores.

Ou seja, eu até dava os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara. É pá, ok. É pá, tive, passados dois dias de que aqui na Assembleia votámos contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, só um esclarecimento: nós não estamos a discutir as obras, estamos a discutir o empréstimo.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- O empréstimo. Está aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas, não estamos a discutir as obras. Isso já passou.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Está aqui. Está aqui. Não, o empréstimo refere obras, Senhor Presidente. Quero esclarecê-lo disso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas, a Assembleia não se deve pronunciar sobre isso porque não ultrapassa os 10%.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Pronto. Ok. Entretanto, vem aqui com um documento a pedir obra no valor de 400.000,00 euros para o CAVES. Concerteza. Está aqui no empréstimo. Depois, vem aqui solicitar, desculpem lá, solicitar 400.000,00 euros, dos quais, realmente, o banco falou que eram 400.000,00 euros. E, depois, solicita 1.300,00 euros para a Rotunda do Chão do Pisco. Correto? 130.000,00 euros, 130.000,00 euros. Muito obrigado. Mas, do documento vem 115.000,00 euros. Mas, que incongruência é esta? Meus Senhores, estamos a falar da mesma coisa, ou foi um erro, pá, que alguém cometeu e vamos retificar aqui hoje?

É que as coisas não batem. Os bancos falam em 115.000,00 euros e o Senhor Presidente quer apresentar 130.000,00 euros. Então, mas, como é que é? Brincamos com isto? Pior ainda, na remodelação da rede de abastecimento pede 270.000,00 euros, quando os documentos que aqui estão e que o banco autoriza, referem 200.000,00 euros. É, pá, isto é um aumento de 35%. Será que o banco vai autorizar uma coisa destas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Meus Senhores, são ilegalidades. O Senhor apresenta dois documentos completamente diferentes. E o Senhor acha que há e digo-lhe, Senhor Presidente da Assembleia, acha que há condições para que esta reunião prossiga com documentos, totalmente, dispares. Isto não cabe na cabeça de ninguém. Vão-nos chamar mentecaptos por estarmos a discutir coisas que, num documento diz uma coisa, são oficiais, são dos bancos, são propostas, são coisas que o Júri aprovou, aprovou com estes valores. Não aprovou com estes que hoje se aqui estão a discutir.

Senhor Presidente da Assembleia, se calhar, o Senhor deveria refletir também, refletir também, que isto, legalmente, não pode ser feito. E peço, e peço o bom senso à Mesa, até ao Senhor Presidente da Câmara também e a todo o Executivo e a todos os Vereadores e a todos os Membros desta Assembleia que vejam o que é que estamos aqui a discutir, para não sermos acusados de coisas que não somos.

Estou aqui a alertar por ilegalidades realizadas já na última Câmara Municipal e, atenção, não tenho que mandar recados porque as pessoas que lá estão deveriam fazê-lo da melhor forma. Não o fizeram. Mas, é assim: mas eu não o quero fazer aqui. E, de certeza que nenhum dos Senhores, que aqui está, quer cometer tais ilegalidades.

Senhor Presidente, ponho à sua consideração, Presidente da Assembleia, principalmente, a tal ilegalidade destes documentos porque, realmente, não são congruentes uns com os outros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu continuo a achar que não há nenhuma ilegalidade. E continuo a achar que, de facto, se o valor do empréstimo foi modificado, é lógico que as obras tinham que ser modificadas. Não se podiam fazer as mesmas obras com o empréstimo por metade.

A partir daí, não vejo nenhuma situação ilegal. Mas, se de facto, o empréstimo for aprovado e houver alguma desconformidade, ou alguma ilegalidade, que eu considero que não há, o Tribunal de Contas dirá de sua justiça. Diz que não aprova. E os Deputados são livres de votar como entenderem e fazerem as declarações de voto que entenderem para salvaguardar a sua posição. Pronto. Inclusivamente, podem dizer que propuseram a rejeição da reunião e que o Presidente da Assembleia manteve. É tão simples quanto isso.

Ora, não há mais ninguém inscrito. Senhor Presidente da Câmara, quer dizer alguma coisa? Então, faça favor. Agradecia que fosse breve e só sobre este ponto. Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Cumprimentar o Senhor Presidente e a Mesa,
Os Senhores Membros da Assembleia Municipal,
E todos os presentes.

E dizer que o agendamento desta matéria, por parte da Câmara e do Presidente de Câmara, é o respeito pela manifestação de Democracia que a Assembleia manifestou e pelo respeito pelo voto democrático da última Assembleia Municipal.

Portanto, a Assembleia Municipal não concordou com a última proposta da Câmara. Foi manifestado também na Assembleia Municipal que, em determinadas condições, poderiam determinados Membros da Assembleia Municipal corresponder, particularmente, naquilo que está proposto hoje, para não se perderem financiamentos comunitários, ou nacionais, como é o caso do CAVES, do Turismo de Portugal, como é o caso do protocolo da rotunda do Chão do Pisco com as Infraestruturas de Portugal, ou com investimentos de outra natureza, considerados urgentes e importantes.

E, portanto, a Câmara, como é evidente e porque continua a considerar que os investimentos são, extremamente, importantes, voltou a pedir que, em reunião de Câmara, onde o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

processo, na reunião de Câmara, foi aprovado por maioria e pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para convocar uma Assembleia Municipal,

E, portanto, democraticamente, aqui estamos a submeter um novo pedido de financiamento, que se vem somar aos pedidos de financiamento que já foram feitos e aprovados nesta Assembleia. E, eu quero recordar que foram para o saneamento, para o PO SEUR, foram para obras de 450.000,00 euros, o empréstimo de 450.000,00 euros, foi o empréstimo BEI para financiamento do depósito da água que está em construção e da ETAR da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, que está também em construção e foi o empréstimo para o Projeto CAVES, de um milhão cento e poucos mil euros, que foi dado sem efeito na última Assembleia Municipal.

Portanto, não há aqui nenhuma falta de democracia. Pelo contrário, eu considero que há aqui um respeito integral pelas deliberações dos Órgãos, democraticamente, eleitos. E, também, conjugado, necessariamente, por aquilo que eu entendo, pela vontade popular e pela vontade das populações, que querem ver determinadas necessidades essenciais supridas com os meios financeiros ao alcance da Câmara Municipal. Um deles é o recurso ao crédito, quando é possível esse recurso ao crédito, que eu julgo que é o caso neste momento.

Depois, como muito bem disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, isto é a questão da democracia. E eu queria realçar outra questão: Já ouvi falar de muito, nesta Assembleia e já contava com isso. Ouvi falar de muita forma, de muita legalidade. Não sei muito bem se foi para isso que, há 3 anos atrás, todos nós andámos com uma bandeira a empunhar e a conversar com os eleitores. Se foi para falar de questões de forma, ou se foi para falar de questões de conteúdo, que era realizar obras, que era fazer coisas. Eu duvido que alguém tenha discutido a legalidade, seja do que for, quando andou há 3 anos a dizer ao eleitor que vinha aqui para a Assembleia Municipal dizer: Não, não. Eu hei-de lá defender a legalidade extrema. Ou, se disseram: Eu vou para a Assembleia defender todos os investimentos para a minha Freguesia, se você me elege.

E, portanto, eu, hoje, o que ouvi falar foi de questões de forma. E, pessoas, muito, muito entendidas, com muita obrigação de perceber muito disto, é que nem deviam falar de questões de forma, nem ter receios de legalidade. Não deviam ter receios de legalidade por uma razão simples e que eu deixo aqui a quem quiser, está disponível no site, em qualquer site. A Lei n.º 99/97 diz no artigo 46.º - Incidência de Fiscalização Prévia – Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, as obrigações gerais e todos os atos de que resulta o aumento da dívida fundada das entidades referidas no n.º 1, do artigo 2.º, constando no n.º 1, do artigo 2.º, na alínea c), as Autarquias Locais.

Portanto, podemos nós estar aqui a votar a coisa mais ilegal do mundo, mais incompetente do mundo e o Tribunal de Contas não a deixa passar. Portanto, há maior garantia de legalidade de um ato administrativo da Câmara Municipal do que, isto depois segue para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas depois barra e diz: Não, Senhor, as formalidades não foram cumpridas. Devia ter sido sujeito à Câmara, não foi sujeito à Câmara, devia ter sido apreciado este relatório desta maneira, não foi, devia ter ido à Assembleia, não foi, não foi. E, portanto, maior garantia de que a responsabilidade dos Membros da Câmara e dos Membros da Assembleia Municipal está salvaguardada, está na Lei do Tribunal de Contas que obriga a Visto prévio do Tribunal de Contas.

Por outro lado, nas propostas de empréstimo, nas condições que foram enviadas aos bancos, o que lá está escrito e está nas propostas que os Senhores Membros da Assembleia Municipal têm, o que foi pedido aos bancos foi: pedido de financiamento à Câmara Municipal para investimentos até 1.600.000,00 euros, 1.600.000,00 euros. Eu reforço isso: Até 1.600.000,00



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

euros. Quer dizer, e os cadernos de encargos são os mesmos cadernos de encargos. Até. Os bancos, quando estavam a concorrer sabiam que estavam a concorrer até 1.600.000,00 euros. Ok?

Portanto, vamos ser claros sobre isso. Sabiam que podia ser um euro. A Assembleia Municipal, ou a Câmara, não está ali até? Não está ali assim dito: é um empréstimo de 1.600.000,00 euros. Desculpem, está ali escrito. Têm isso na vossa posse. E o banco sabia que, porque é legal, porque as condições da Lei, eu peço perdão, que não podia ignorar, que compete à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, autorizar a contratação de empréstimos.

Para já, é uma competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. E o que é que tem que acompanhar, quer nos termos da Lei n.º 73, da Lei das Finanças Locais, quer nos termos da Lei n.º 75, da Lei das Autarquias Locais? Tem que: as propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentados pela Câmara, nos termos da alínea e), n.º 1, são, obrigatoriamente, acompanhadas de informação detalhada sob as condições propostas por, no mínimo, três Instituições de Crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.

Portanto, a proposta que cada um dos Membros tem, tem lá uma proposta da Câmara, tem lá as propostas dos bancos e tem lá, aprovado na reunião de Câmara, o comparativo das propostas apresentadas pelos bancos para financiamento de qualquer valor que a Assembleia venha a aprovar até 1.600.000,00 euros.

Queria dizer também, só para esclarecer o Dr. Maia Rodrigues, que levantou essa questão do “neste momento”. Esta proposta de deliberação, é evidente, é evidente que, mercê destas competências específicas da Assembleia Municipal em aprovar empréstimos, não há dúvida nenhuma de que, se a Assembleia hoje aprovar o empréstimo de 800.000,00 euros, nunca a Câmara pode considerar que aprovou um empréstimo de 1.200.000,00 euros, ou 1.300.000,00 euros, porque é competência da Assembleia aprovar o empréstimo e o montante do empréstimo, ok. A palavra a financiar, os investimentos a financiar “neste momento” e no montante de 800.000,00 euros, a palavra: a financiar, “neste momento”, resulta de quê?

Este texto, quem o fez fui eu, resulta também da abertura que foi feita da discussão que se estabeleceu na última Assembleia Municipal, que não foi excluída a possibilidade de em, depois da discussão do Orçamento de Estado e do Orçamento da Assembleia Municipal e em função da realidade que se resultar da visão do Orçamento de Estado, até de toda a bancada do Partido Socialista se manifestou, eventualmente, disponível para discutir a possibilidade do financiamento de outros investimentos.

Há Câmaras, olhe como a de Tábua, que acabou de aprovar agora, no dia 30 setembro, um empréstimo de 3,5 milhões de euros e esgotou a capacidade de endividamento do Município. Portanto, não é de excluir nada, democraticamente. E, portanto, esta palavra “neste momento” é uma palavra que eu pus aqui assim: investimentos a financiar neste momento de 800.000,00 euros. Mas, eu não excludo, como não posso excluir, a possibilidade, até ao final do mandato, propor à Câmara e à Assembleia novos financiamentos.

Olhe, podem aprovar projetos PAMUS que estão propostos para financiamento na CCDR, no Centro 2020. Fizem-me um desafio, no Centro 2020, de requalificar as Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim. Pode ser necessário 15% para complementar o financiamento para a requalificação integral das Escolas. Não podemos excluir, eventualmente, a celebração de um novo empréstimo. A requalificação da Escola de São Pedro do Sul, que é igual à de Nelas, está a custar 3 milhões de euros. Não podemos excluir isso. Portanto, por isso é que eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pus aqui “neste momento”. É só por mera cautela. Não é com outro efeito qualquer, com outro efeito qualquer.

E, portanto eu, quanto ao resto, ao Senhor Dr. Manuel Henriques e ao Senhor Dr. Maia Rodrigues, eu fiz uma declaração de voto na última reunião de Câmara. Eu não moralizei, não adjectivei nada. Ok? Hão-de ver a declaração de voto que foi feita. Eu limitei-me a fazer uma declaração de voto e a dizer, na aprovação deste financiamento de 800.000,00 euros, que não era a proposta que eu acho que a Câmara precisava e os Municipais precisavam e que, o que os Municipais precisavam era aquela que eu tinha feita e que a Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal, fulano tal e fulano tal e fulano tal e fulano tal, inviabilizaram. É a única coisa que lá está.

Não adjectivei nada. Limitei-me, democraticamente, também a deixar vertido para que fique em ata da Câmara e porque, quando, naturalmente e vocês, depois de lerem essa declaração de voto, ficarão até gratos ao Presidente de Câmara porque a manifestação de voto numa Assembleia Municipal não é uma coisa indistinta entre 28 Membros de uma Assembleia Municipal. Não. Cada voto tem um nome. E os Municipais também gostam de saber o nome desse voto. Quem é que votou a favor e quem é que votou contra. Não é? Quem é que, em determinado momento histórico, viabilizou esta obra, ou inviabilizou aquela obra. Então, isso é ilegítimo em democracia? E, é ilegítimo o Presidente da Câmara manifestar isso numa declaração de voto? Ninguém tem que ficar ofendido por misso. Eu não pretendi ofender ninguém.

Agora, não se pode é passar a dizer: A Assembleia Municipal votou contra. Não. Catorze Membros votaram contra e onze Membros votaram a favor. E, como somos eleitos e temos que prestar contas aos Municipais, os Municipais também precisam de saber quem é que, em determinado momento, votou contra e quem é que, em determinado momento, votou a favor. E é apenas isso que está na minha declaração de voto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Faça favor, Senhor Dr. Maia Rodrigues.

O Senhor Deputado Dr. Maia Rodrigues:

- Uma pergunta, ainda assim, o Senhor Presidente falou tacitamente, mas não peremptório: O presente empréstimo dos 800.000,00 euros é, exclusivamente, para as três finalidades, inscritas aqui? E, já agora, uma outra questão, quer dizer, parece que ninguém deu conta, uma vez que estou aqui e volto à questão, uma vez que me vai responder, parece que ninguém deu conta, mas, nas propostas dos bancos, havia uma proposta que foi recusada, que foi desconsiderada, que foi desconsiderada, porque se propunha só financiar 800.000,00 euros, eu não vou dizer qual é por razões que devem entender, e que devia ser considerada logo na altura até, devia ser considerada. E, que agora deveria ser considerada dentro do mesmo procedimento. Portanto, o Júri não se comportou como Júri. Mas, pronto, disso não terá culpas esta Assembleia. Não vou citar o nome de cada um. Mas, o Senhor Presidente, de facto, percebe isso, não anda aqui há dois dias também. As pessoas podem ter experiências.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Agradeço que não intervenham. Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só este esclarecimento. Portanto, é evidente. Não. É evidente que, pronto, para que não haja dúvidas, nem precisava deste esclarecimento, Senhor Dr. Maia Rodrigues.

É evidente que a proposta da Câmara, que foi aprovada em Câmara e é aquela que tem que constar depois, nos termos do artigo 51.º, n.º 2, da Lei das Finanças Locais, assim, latamente, designada, que é a Lei n.º 73/2013, os investimentos referidos no número anterior, os tais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

fundamentam o empréstimo de médio e longo prazo, são identificados no respetivo contrato de empréstimo. E, portanto, por isso é que a proposta vem identificada. São 400.000,00 euros para o CAVES, 130.000,00 euros para a Rotunda do Chão do Pisco e 270.000,00 euros para a Remodelação da Rede de Abastecimento de Saneamento e Água no Concelho.

E, queria dizer também o seguinte, queria dizer também o seguinte: O Dr. Manuel Henriques, mas, há bocadinho, o Dr. Manuel Henriques disse isso, que, se este dinheiro era para estas obras aqui. Pelo menos, se está atento, como não pode deixar de estar atento e eu acho que é uma pessoa muito atenta a essa realidade, já deve ter reparado no Portal Base que o concurso da Rotunda do Chão do Pisco já foi aberto. E, portanto, os empreiteiros já podem apresentar propostas até ao próximo dia 25 de outubro. Portanto, para a Rotunda do Chão do Pisco é de certeza. E para os outros também vai ser de certeza porque são empréstimos para investimentos consignados e, portanto, não me passa pela cabeça, seria até de responsabilidade financeira reintegratória, eu perder um financiamento de 400.000,00 euros do Turismo de Portugal e não realizar o Projeto CAVES.

E, portanto, acho que não fica bem, se quer dizer, se o dinheiro é mesmo para isto. Ok? Portanto, o dinheiro é mesmo para isto. E seria, para muito, e seria para tudo aquilo que foi proposto nos 1.600.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhora Deputada Maria João, faça favor. Agradeço que também seja breve.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Senhor Presidente da Câmara, dizer que, quanto à legalidade, nós não temos aqui que nos pronunciar, não será, naturalmente, correto. E, se não foram esses os termos, é no sentido em que disse que não deveríamos estar preocupados.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não foi isso que eu disse. Disse: preocupados.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- E disse que foi isso que prometemos aos eleitores. Ora, tudo aqui se rege por regimentos, por diplomas legais, seja de que natureza for e acho que há toda a legitimidade para questionarmos aqui todos os diplomas legais, ou todas as situações que nos pareçam menos bem, porque, como disse, certo, há responsabilidade perante os Municípios de saber qual é a nossa intenção de voto, ou qual é a nossa manifestação de voto, mas também temos aqui responsabilidades legais, se não criminais, enfim. Portanto, aí, acho que nos confere toda a legitimidade, falarmos sobre isso.

E também não é correto dizer que só nos preocupámos com a forma, quando, dentro do que aqui foi dito, também se falou em conteúdos. Efetivamente, quanto à forma, é verdade que isto foi uma correria e resulta, certamente, nesta trapalhada de datas e de documentos, como já aqui foi dito pelo meu colega Rui, de datas de Assembleias que não houve porque, efetivamente, nós estivemos aqui a 18 de setembro e segundo as documentações que nos é apresentadas, já a 23, que é uma quarta-feira, portanto, ainda se meteu um fim-de-semana no meio, em menos de uma semana, conseguiu-se arranjar aqui condições para um outro empréstimo. Quer dizer, se não há situações de forma? Há e muitas.

Mais ainda: a correria para, então, os ditos investimentos que aqui estão e que, supostamente, é para isso que é o financiamento, é tal que não é muito normal, não se coaduna muito com corridas em investimentos tão rápidos, uma correria mesmo, para obter um empréstimo para coisas, mesmo que já estejam abertas em concurso. De facto, aqui e concordo com o Dr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Manuel Henriques, fico satisfeita que sim, que o Senhor Presidente da Câmara tenha confirmado que, efetivamente, este empréstimo, a ser aprovado, é para estas obras. Mas, de facto, não parece, pelas trapalhadas e sim pela correria e sim pela forma.

Quanto ao conteúdo, só quero reforçar que, efetivamente, esta alteração de valores, como foi dito aqui, da Rotunda do Chão do Pisco e Remodelação das Redes de Abastecimento, claro que é mais do que evidente que foi aqui arranjado para chegar aos 800.000,00 euros, que também todos sabemos porque é que se quer chegar aqui aos 800.000,00 euros. E que resulta, sim, do que aqui foi dito na Assembleia Municipal de 18 de setembro. Portanto, quanto ao conteúdo, ainda, vínhamos nesta Assembleia de 18 de setembro, com 10 projetos imprescindíveis e importantíssimos, prioritários, inclusivé, para os cemitérios e agora falando das Freguesias, aliás, foi dito de uma forma que parecia que vinha aí uma mortandade e que, felizmente, nem o COVID-19 leva a isso. Portanto, como é que se passa de uma prioridade e de imprescindibilidade de 10 projetos para 3 projetos? E, depois, se arranja aqui uns valores para se chegar aos 800.000,00 euros.

Portanto, quanto ao conteúdo, quanto à forma, para virmos aqui, em tão pouco tempo e estarmos a aprovar um empréstimo, que não vamos aprovar, obviamente, porque se já não havia condições para aprovar há 3 semanas atrás, com tudo o que já aqui foi falado, muito menos há condições para se aprovar nesta Assembleia.

Tenho dito. Só gostaria de informar que depois enviarei por escrito, ok, a declaração de voto do PSD. Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, eu esqueci-me de informar a Assembleia que, entretanto, chegou a Senhora Deputada Marta Temudo e, portanto, estamos 28 Deputados nesta Assembleia, a totalidade dos Senhores Membros da Assembleia.

Senhor Deputado Rui, é alguma coisa sobre o que o Senhor Presidente disse? Vá, então, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Ou seja, Senhor Presidente da Câmara, desculpe lá dizer-lhe, mas o que o Senhor hoje aqui disse, colocou-me numa situação que poucas palavras lhe poderei dizer sobre isso porque, realmente, dizer que estamos aqui, podemos cometer ilegalidades e o Tribunal de Contas depois resolve, desculpe lá. O Senhor, até como Jurista, só o ofende a si próprio. Desculpe lá que lhe diga. Isto é algo nunca visto de um Presidente de Câmara. Desculpe lá Senhor Presidente.

E, estamos aqui, eleitos pelo Povo e sem problemas nenhuns. Eu, Rui Manuel Simões Costa, votei contra, contra, o empréstimo anterior de 1.600.000,00 euros. E, posso-lhe dizer, Rui Manuel Simões Costa e vai ficar em ata, votará este empréstimo, até porque, vai votar sobre protesto. E, digo-lhe, serei eu, o próprio, como Membro desta Assembleia, a dirigir ao Presidente da Assembleia, um protesto, para ir, diretamente, ao Tribunal de Contas. Se calhar, explico-lhes, primeiro, a situação que ocorreu. Talvez eles fiquem melhor esclarecidos.

Depois, é assim: é pá e pegando nas dúvidas que aqui foram levantadas pelo Dr. Manuel Henriques, o Senhor Presidente respondeu e muito bem, as dúvidas são bem colocadas. Então, ainda estamos em proposta de concurso da Rotunda do Chão do Pisco. Há um protocolo com a IP de 50%. Não é assim, Senhor Presidente? De participação da Autarquia e participação das Infraestruturas de Portugal.

Mas pedimos um empréstimo e em 72 horas aumentamos 15.000,00 euros desse empréstimo sem saber, realmente, quanto é que é o valor das propostas da realização da obra. Ou o Senhor já tem alguma proposta de realização da obra? Diga aqui. Diga-a. Ou, estamos aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

fazer o quê? Realmente, eu digo-lhe o que é que é: A situação financeira desta Câmara, na atualidade, está péssima. O Senhor não consegue pagar a ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, isso não é deste ponto.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- É, é. É deste ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não é, não senhor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- É deste ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Neste ponto, o Senhor só tem que falar deste ponto.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- E, realmente, só quer realizar dinheiro para pagar aquilo que não tem, simplesmente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pronto, não há Período de Antes da Ordem do Dia. Ora, Não há mais ninguém inscrito.

Algum esclarecimento? Faça favor Senhor Presidente, mas muito rápido.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só dizer ao Senhor Deputado, que não precisa de falar dessa maneira, tão alto, porque o concurso tem um preço base. O preço base é baseado em preços de mercado. Existe um protocolo com as Infraestruturas de Portugal. As Infraestruturas de Portugal financiam 115.000,00 euros de valor da rotunda. E a rotunda, apesar de ter um preço base, não vai ficar, de construção, inferior a 250.000,00 euros.

Portanto, o Senhor pode passar a falar alto e a falar da maneira que quiser, mas isto foi analisado pela Engenharia e a orçamentação das Infraestruturas de Portugal, da Câmara Municipal e etc. E, portanto, pode falar da maneira que quiser porque é prudente da parte do Presidente da Câmara de Nelas pôr no empréstimo um valor de 130.000,00 euros porque será a parte do empréstimo e o que faltar, o Orçamento da Câmara, naturalmente, está lá para cobrir a diferença. Certo?

Portanto, não precisa também de exagerar ao ponto de dizer que isto também está, completamente, tudo um descabro, que não é isso assim. O descabro foi, quando em 2012, aprovou aqui os 11,7 milhões de euros da reestruturação para a Câmara Municipal de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, não é este ponto. Agradeço. Terminou? Obrigado.

Ora, agora sim, não há mais ninguém inscrito. Vou pôr o ponto à votação e pergunto: Quem vota contra? Nove, que são a Senhora Deputada Maria José, o Senhor Deputado Manuel Henriques, o Senhor Deputado João Alfredo e o Senhor Deputado Bruno Pina, do CDS; do Movimento Coração do Dão votaram os dois deputados, a Senhora Deputada Teresa Pinto e o Senhor Deputado André Carvalho; do PSD votaram os 3 deputados, Senhora Deputada Marta Temudo, Senhora Deputada Maria João e Senhor Deputado Rui Costa. Nove votos contra. Quem se abstém? Uma abstenção, do Senhor António Santos, do CDS. Portanto, votaram a favor os restantes 18 elementos. Votaram a favor todos os Presidentes de Junta e todos os deputados do PS.

Foi aprovado com 18 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.

Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:



MINUTA DA ATA

O ponto - Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o Financiamento de Investimentos Municipais 2020, de acordo n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, foi posto à discussão, tendo sido considerada mais vantajosa a proposta apresentada pela “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, CRL”, cujo empréstimo é no montante de 800.000,00 € (oitocentos mil euros), com os seguintes valores e para as seguintes obras:

- a) 400.000,00€ - CAVES (Centro Artes Vinho Espaço de Santar);
- b) 130.000,00€ - Rotunda Chão do Pisco/Borgstena – Protocolo IP, SA;
- c) 270.000,00€ - Remodelação da Rede de Abastecimento de Saneamento e Água no Concelho.”, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Pronto, o PS vai enviar uma declaração de voto. O MCCD também. Há mais alguma declaração de voto? O PSD também. Portanto, vão chegar três declarações de voto, para incluir na ata, do PS, do MCCD e do PSD.

Ora, declaro aberto ao Público esta sessão. Alguém quer usar da palavra? Se não, dou por encerrada a sessão. Muito boa noite e muito obrigado. Não se esqueçam que no dia 13, terça-feira, devem votar entre as 16 horas e as 20 horas, para a Presidente da CCDR Centro.

Posteriormente a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no dia 12 de outubro de 2020, o Senhor Deputado Fernando Manuel Abrantes Garcia, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, enviou, via e-mail, a declaração de voto, que a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Tendo presente a proposta do executivo camarário da contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o financiamento de investimentos municipais 2020 para discussão e aprovação no ponto único da Assembleia Municipal de Nelas do dia 9 de outubro de 2020, o grupo parlamentar do Partido Socialista considera:

1 - Os valores apresentados na proposta estão dentro dos limites que a deliberação da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2020, relativo ao ponto 2.3 da ordem de trabalhos dessa assembleia impunha.

2 - Como evocámos na nossa declaração de voto desse ponto em 18/09/2020, reconhecemos a bondade das prioridades das obras então apresentadas e esperamos que o executivo camarário as acomode no próximo orçamento municipal para 2021 com as verbas necessárias para a sua execução.

3 – Dentro das obras elencadas na proposta da assembleia municipal de 09/10/2020 encontram-se as principais obras cofinanciadas: Caves de Santar e rotunda da Borgstena.

4 - Qualquer outra obra incluída na proposta é da única e exclusiva responsabilidade do executivo da câmara. Nunca este grupo parlamentar se tendo oposto a que fossem quaisquer outras.

5 - Relembramos que há obras essenciais que devem urgentemente ser lançadas e executadas, para as quais o respetivo financiamento está já coberto pelos empréstimos aprovados no início do mandato por esta assembleia e que ainda não foram utilizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

6 - Embora considerando que pode ter havido algum descuido na forma como o processo foi tratado desde o início, esperamos que o parecer do Tribunal de Contas ultrapasse tais inexatidões.

Face ao exposto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de empréstimo apresentada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”

Posteriormente a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no dia 13 de outubro de 2020, a Senhora Deputada Teresa Pinto, do Grupo Parlamentar do Movimento Cívico Coração do Dão, enviou, via e-mail, a declaração de voto, que a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Em 18-9-2020, a maioria da Assembleia Municipal de Nelas chumbou um pedido de empréstimo de um milhão e seiscentos mil euros feito pela Câmara Municipal de Nelas. O MCCD integrou então essa maioria.

Decidiu agora o Executivo Municipal vir com um novo pedido de empréstimo de metade daquele montante, oitocentos mil euros. Para isso reduziu o número de obras que, em sua opinião, serão de menor importância, para isso recolhendo o apoio de todos os vereadores socialistas. Acaso a rejeição desta 2ª versão levaria, ou levará, a novas versões até ser alcançado um acordo final. De facto, verdade seja dita, o que está em causa não são obras, é falta de liquidez.

Tornou-se uma banalidade o recurso ao endividamento do Município, um expediente que, de há uma década para cá, deixou de ser exceção, para investimentos de invulgar envergadura financeira, para passar a ser um mero instrumento de gestão corrente. Prenúncio de descalabro do Município de Nelas.

Por tudo isto votamos contra. Tal como aquando do pedido votado em 18-9-2020, porquanto os pressupostos que justificaram então essa nossa posição são os mesmos que hoje fundamentam nova rejeição a novo pedido de empréstimo.

Da Assembleia Municipal de Nelas esperava-se, em coerência com a sua decisão de há três semanas, que reprovassem o pedido de empréstimo, estancando assim o fluxo de endividamento. Pela transparência democrática e pela sustentabilidade futura do Município de Nelas.

Assembleia Municipal de Nelas, 9 de outubro de 2020

Os Deputados Municipais do MCCD – Movimento Cívico Coração do Dão.”

Posteriormente a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no dia 16 de outubro de 2020, a Senhora Deputada Maria João Tavares Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, enviou, via e-mail, a declaração de voto, que a seguir se transcreve:

Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PPD/PSD de Nelas

Ponto Único da Sessão Extraordinária do dia 09/10/2020

“Discussão e votação da proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo para o Financiamento de Investimento Municipais 2020, de acordo nº5 do artigo 49º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro”

O brutal endividamento derivado dos empréstimos contratualizados até ao momento e só neste mandato: 4.5 MILHÕES DE EUROS, em apenas 2 anos e meio. 2.2 Milhões fevereiro 2018,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.3 milhões setembro 2018. Agora somam-se 800 mil euros. Falta um ano, para novas eleições autárquicas, em 2021, e já vamos com 5.3 milhões de empréstimos.

Nas próximas duas décadas o Município vai ter encargos pesadíssimos, na ordem do milhão de euros ano, com amortizações e juros dos empréstimos contratualizados, que vão condicionar fortemente as opções e escolhas de toda uma geração. Um presente hipotecado, um futuro condicionado.

Agravamento extremo da capacidade de endividamento da autarquia, que fica no seu limite, condicionando, e muito, uma futura necessidade incontornável que possa surgir, em particular nos tempos de incertezas e dificuldades que atravessamos. Este presente, não é certamente com futuro.

A ligeireza com que este executivo recorre aos empréstimos. Tudo o que seja projeto é para fazer empréstimo. Os fundos comunitários e estruturais, independentemente da comparticipação, parecem condenados por este executivo a ser suportado na íntegra por empréstimos.

Em menos de uma semana, a imprescindibilidade de aprovação de um empréstimo no valor de 1.6 MILHÕES de euros, chumbado por todo o espetro político da Assembleia Municipal, para **10 projetos** ditos fundamentais mas ainda assim com valores meramente indicativos, “redondos” sem fundamentação, justificação financeira e respetivo caderno de encargos., esvaneceu-se e reduziram-se para **3** as necessidades imperativas de realização de obra.

Pasme-se que o valor de dois deles, em menos de uma semana, sem que o órgão autárquico correspondente à Assembleia Municipal, merece-se qualquer explicação, viram-se aumentados em:

- 13% Rotunda Chão do Pisco;
- 35% Remodelação de redes de abastecimento de saneamento e de águas no concelho.

Ora a única estratégia havida foi a de chegar a um valor global de 800 MIL EUROS para empréstimo. Valor mágico que fizesse realizar dinheiro através da aprovação de mais um empréstimo. A cor política que apoia o Executivo indicou na última Assembleia ordinária, a 18 de setembro, a viabilização de 800 mil euros contra a não aprovação de 1.6 milhões de Euros.

A urgência em realizar uma Assembleia Municipal extraordinária para sujeitar a aprovação os 800 mil euros, “atropelou” a obrigação de fazer passar em reunião de Câmara a “reapreciação do relatório final de avaliação das propostas do procedimento de empréstimo de longo prazo, para o financiamento de investimentos municipais 2020”. Nem uma nova renegociação com os bancos, noutra momento do calendário, outros valores, outra realidade, fez “travar” a pressa de prosseguir para a provação a todo o custo, irrelevante se com mais ou menos gastos.

Ora se isto não é o que parece, uma corrida desenfreada para uma fonte de tesouraria para despesa corrente, é uma muito mal disfarçada necessidade de financiamento para investimentos concretos de projetos que, ainda assim, podem esperar como sejam o projeto CAVES, neste mandato sobejamente falado, reapreciado, revisto e nada concretizado, uma ROTUNDA no Chão do Pisco que menos urge que uma pressão para a resolução da curva dos Valinhos e, por fim, a Remodelação de redes de abastecimento de saneamento e de águas no concelho que, esta sim, mais urgente mas não aprovou este executivo recursos financeiros suficientes? Quais têm sido as prioridades?

O muito que nos diferencia do executivo é este modelo de gestão, absurdamente despesista, que gasta onde não deve e não tem disponibilidade para o que é prioritário. Andamos a apelar desde o início do mandato a um claro e eficaz controlo orçamental, ao corte drástico em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

despesas supérfluas. É aqui, nesta vertente, cortando nas “gorduras” da despesa “política” e das avenças, que carregam as contas públicas em largas centenas de milhares de euros ano, que julgamos deveria estar centrada a prioridade da gestão. Dessa forma, estamos certos, não seria necessário recorrer a tanto empréstimo nem condicionar o futuro dos nossos jovens.

São estas as razões de um voto contra, claro e inequívoco, num momento em que a dívida pública cresce de forma assustadora, numa conjuntura em que a economia tem um desempenho em sentido negativo, agravado por um momento de incerteza devido ao desconhecimento da evolução da COVID-19.

Vivemos tempos de cautelas e muita ponderação, nada do que foi a forma como se quis fazer aprovar este empréstimo.

Grupo Parlamentar do PSD
Nelas, 16 de outubro 2020.”

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: